



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA Nº 06/2014
COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2014 ÀS 11H

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às onze horas, no auditório do 1º andar, localizado no Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, os Desembargadores Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva, os servidores Maria Inês Ebert Gatti, Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional; Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETIN; Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisas; Robson Marins de Santana, Chefe da Seção de Governança de TI; Leandra Maria Leal de Sant'Anna e Elizabeth Zaia Manzano, representantes do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos, com a finalidade de discutir os assuntos referentes às demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Dando início à reunião, a Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves passou a palavra ao Diretor Márcio Nisi, que apresentou uma relação de projetos em andamento na SETIN, para deliberação do Comitê.

Na sequência, o servidor Robson Marins distribuiu aos membros do CTI alguns Termos de Abertura - TAP e/ou Planos de Gerenciamento de Projetos - PGP para análise e assinatura, dos seguintes Projetos:

- Projeto 5.4 - Implantar o Portal com Acessibilidade – o Diretor informou que esse projeto está em andamento, praticamente encerrado, e que está aguardando a análise de uma comissão técnica, formada por membros indicados pela Comissão de Acessibilidade, para a sua conclusão.

- Projeto 5.5 Ampliar e aprimorar os serviços jurisdicionais disponibilizados por autoatendimento – O Diretor Marcio Nisi informou que esse projeto já foi concluído e que o Plano de Gerenciamento é apenas para efeito de documentação.

- Projeto 5.7 Contratar serviço especializado em atendimento remoto e presencial aos usuários de TI - O Diretor Marcio Nisi informou que foi feita a contratação do software e do serviço, porém como houve atraso na Ata de Registro de Preço que foi realizada pelo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

TRT 9, o contrato de serviço acabou tendo o seu início prorrogado. A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves ressaltou a necessidade da melhoria do atendimento remoto e o Diretor explicou que no contrato desse serviço existem prazos definidos para atendimento, bem como para a solução das demandas. O Desembargador Paulo José Ribeiro Mota acrescentou que somente haverá condições de se avaliar o serviço da empresa após os relatórios gerados. O Diretor Márcio ainda colocou que no início deverá ser feita uma análise criteriosa para que, com pesquisas de opinião, possa ser avaliado o percentual de satisfação dos usuários. O servidor Ricardo lembrou que a empresa terá oito gestores na sua equipe para o acompanhamento dos trabalhos.

- Projeto 5.8 Mapear os processos de trabalho de TI – O Diretor Marcio Nisi informou que esse projeto está parcialmente executado. O Servidor Robson Marins explicou que todos os processos já estão mapeados, sendo que o mesmo prevê a melhoria de um processo. O servidor Ricardo Viana lembrou que esse procedimento estava sendo realizado com o processo de aquisição, porém, com a Resolução nº 182/2013 do CNJ, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça, o mesmo foi paralizado, tendo em vista que será montado um grupo de trabalho para implantação da referida resolução. O Diretor Márcio explicou a parte normativa para a Desembargadora Jucirema. Ficou estabelecido que será escolhido um novo processo para a implementação das melhorias.

- Projeto 5.31 Implantar Links Redundantes de Comunicação de Dados (Rede TRT) - Neste projeto foi explicado sobre os prazos da empresa e também sobre os prazos que a engenharia do Tribunal tem para validar todos os processos. O Diretor da SETIN informou que restam dois processos a serem validados pela engenharia, e que a estimativa para o encerramento desse projeto é para julho do ano corrente.

- Projeto 5.34 Padronizar a infraestrutura de TI nas unidades do TRT – O Diretor Marcio Nisi explanou que esse projeto já possui Termo de Abertura do Processo – TAP assinado. Ressaltou que a pendência atual é que algumas unidades judiciárias ainda estão realizando um estudo detalhado da quantidade de equipamentos necessária, de forma a estabelecer os critérios de padronização.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

- Projeto 5.36 Definir o Catálogo de Serviços de TI – O Diretor da SETIN informou que esse projeto está sendo executado e que ainda não foi concluído devido à alta quantidade de demandas na área de governança da TI.

- Os projetos Projeto 5.26 - Implantar processo de Gestão de Incidentes de TI (Projeto 13/2011); Projeto 5.27 - Estabelecer procedimentos formais de Gestão de Mudanças (Projeto 14/2011); Projeto 5.28 - Implantar Gestão de Configuração de Serviços de TI (Projeto 10/2011); Projeto 5.42 - Implantar Processo de Cumprimento de Requisição; Projeto 5.43 - Implantar Processo de Gerenciamento de Problemas; e o Projeto 5.44 - Implantar Processos de Gerenciamento de Disponibilidade e Continuidade) dependem do projeto 5.41 - Diagnosticar e Modelar os Processos de Gerenciamento de Serviço. O Diretor Marcio Nisi explicou que o TRT 23 realizou licitação para fazer uma contratação nacional, porém o contrato da região sudeste não aconteceu. Acrescentou que devido à necessidade, a TI começou a realizar o mapeamento simplificado dos processos a serem implantados, até que seja efetivada a contratação.

- Projeto 5.46 Documentar os sistemas que suportam os processos e serviços críticos do TRT – O Diretor Marcio Nisi apresentou o TAP e o PGP para assinatura. Explicou que se trata de um serviço longo e contínuo e que já começaram a documentar alguns sistemas, mas a conclusão desse projeto está prevista para o final de 2015.

O próximo assunto foi sobre a Portaria GP 19/2014, que trata do Grupo de Estudos para a implementação da Resolução nº 182/2013 do CNJ. O diretor explicou que o prazo para a comissão concluir esse estudo é de sessenta dias e que os documentos serão encaminhados para análise e assinaturas dos Desembargadores do CTI. Informou ainda que a implementação da Resolução deve ocorrer até outubro do ano corrente.

As próximas reuniões do Comitê de Tecnologia da Informação foram agendadas para os dias 9 e 29 de abril de 2014, às 10h.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pela Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves e, para constar, foi lavrada a presente ata.

DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
Coordenadora do Comitê



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Assinatura manuscrita em azul-escuro de Paulo José Ribeiro Mota, caracterizada por traços fluidos e amplos.

DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA

Assinatura manuscrita em azul-escuro de Roberto Barros da Silva, com traços mais contidos e definidos.

DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA